

Parte III - Democracia, Participação e Gestão Em Saúde

5 - A democracia retórica: expropriação, convencimento e coerção

Virginia Fontes

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FONTES, V. A democracia retórica: expropriação, convencimento e coerção. In: MATTA, GC., and LIMA, JCF. orgs. *Estado, sociedade e formação profissional em saúde: contradições e desafios em 20 anos de SUS* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008, pp. 189-226. ISBN: 978-85-7541-505-4. Available from: doi: [10.7476/9788575415054](https://doi.org/10.7476/9788575415054). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/v4fx5/epub/matta-9788575415054.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

PARTE III



DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO EM SAÚDE

A DEMOCRACIA RETÓRICA: EXPROPRIAÇÃO, CONVENCIMENTO E COERÇÃO

Virginia Fontes

*Mesmo quando as minhas mãos estão ocupadas em torturar, esganar, trucidar
Meu coração fecha os olhos e sinceramente chora.*

Chico Buarque e Ruy Guerra, Fado Tropical

Em trabalho anterior, fruto de seminário organizado na Escola Politécnica de Saúde de Joaquim Venâncio (EPSJV) (Lima & Neves, 2006), analisei as lutas teóricas e sociais em torno da sociedade civil¹ brasileira nos anos 1980. Nele, ressaltava a existência em todo o século XX de extensa e variada rede de entidades associativas empresariais no Brasil, configurando uma ‘ampliação seletiva do Estado’ no Brasil, pois ocorreu em paralelo à intensa e permanente repressão sobre organizações e entidades voltadas para os setores populares. Destacava também o crescimento, na década de 1980, de inúmeras associações populares e de assessorias a movimentos populares (entidades “a serviço de”), alertando que, em prol do socorro a grupos específicos, novas contradições se explicitavam: a luta comum arriscava transformar-se em benévola ‘militância’ filantrópica de apoio aos desvalidos; a defesa intransigente de um papel “apolítico” pelas novas entidades possibilitava o ‘rebaixamento do horizonte da luta popular ao âmbito das questões imediatas, urgentes e individualizadas’; naturalizava-se a remuneração mercantil para esse tipo de militância (assessorias); e assumia-se o perfil cosmopolita, propenso a adotar internamente as características da dominação presentes no plano internacional.

¹ O conceito de ‘sociedade civil’ será aqui empregado no sentido estritamente gramsciano, como aparelhos privados de hegemonia que, em seu conjunto e de maneira contraditória, integram o Estado, em sua concepção ampliada.

Tais entidades estreitavam o horizonte de transformação coletiva, com uma atuação crescentemente adaptativa.

Nos anos 1980, contexto de intensas lutas sociais, essas novas entidades – então orgulhosamente automeadas Organizações Não Governamentais (ONGs) – tiveram grande impacto. Inauguravam um processo de ‘conversão mercantil-filantropica da militância’, atuando muito próximas aos movimentos populares e estavam magnetizadas, assim como movimentos sociais e sindicatos filiados à nova central – Central Única dos Trabalhadores (CUT) –, pelo impulso emanado do Partido dos Trabalhadores (PT) na unificação de extensa e variada gama de demandas sociais, em que pesem as oscilações teóricas petistas nos debates internos sobre democracia e socialismo (Almeida, 2000).

A partir da década de 1990, entretanto, as condições se alterariam de maneira substantiva. O eixo democrático e popular que predominou na década de 1980, ao reduzir-se seu impulso socializante – e portanto organizativo, voltado para a classe trabalhadora – seria desmantelado e superado. Essa complexa experiência de redução democrática se iniciou com a eleição de Fernando Collor de Mello, intensificando-se e permanecendo, com modificações, até os dias atuais, sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Apresentarei um esboço para a compreensão de longa e complexa transformação no Brasil sob regime representativo (democrático) que, partindo de intensas lutas populares na década de 1980 culminou com uma nova modalidade de empreitamento do trabalho no século XXI. As entidades populares e as lutas voltadas para a organização dos trabalhadores, em prol de igualdade substantiva e pela superação do tristemente clássico controle patronal sobre o Estado brasileiro, tiveram de defrontar-se com fortes oposições externas – renovadas organizações patronais e a manutenção da repressão social seletiva – e internas, oriundas do próprio campo popular. A mercantilização da filantropia iniciada na década de 1980 contribuiu para segmentar o campo popular; desde o início da década de 1990 esse processo desdobrou-se em direção a uma cidadania da urgência e da miséria, convertendo as organizações populares em instâncias de “inclusão cidadã” sob intensa atuação governamental e direção empresarial. O terceiro momento consolida a subalternização direta da força de trabalho por entidades associativas empresariais, porém conserva os elementos anteriores, agora totalmente subordinados.

Duas hipóteses subjazem a este estudo: em primeiro lugar, a compreensão do fenômeno social brasileiro contemporâneo está ligada a um bem-sucedido impulso de concentração de capitais (financeirização) cujo foco foi simultaneamente interno (encontrou respaldo nas entidades patronais brasileiras e em prévia e

expressiva concentração monopólica, mesmo se associada ao capital internacional) e externo, pela adequação às imposições que emanavam dos países centrais e das agências internacionais. A segunda hipótese considera que a tal salto de concentração de capitais corresponde uma modalidade específica de expansão das relações sociais capitalistas – expropriações massivas – e implicou uma reconfiguração da classe trabalhadora. Sua implementação ocorreu por meio do crescimento de variadas formas de convencimento (produção de consenso) no Brasil, expandindo a sociedade civil, ao lado da manutenção e crescimento da coerção.

PREPARANDO O TERRENO

Alguns processos, deslanchados já na virada da década, contribuíram para a reconfiguração da sociedade civil ao longo dos anos 1990. O impacto da crise nos países ditos socialistas e o posterior dismantelamento da União Soviética geraram rápida reconversão de segmentos inteiros do próprio PT, num transformismo de escala até então desconhecida no Brasil (Coelho Neto, 2005). A adesão empresarial brasileira ao programa neoliberal, implementado em ritmo próprio, segundo correlações de forças cambiantes entre as diversas frações do empresariado (Saes, 2001; Boito Jr., 1998; Bianchi, 2001, 2004), expressava um salto em direção a novo patamar de concentração de capitais, com a participação de capitais estrangeiros, exigindo rearranjos no interior da classe dominante brasileira e resultando em aprofundamento do predomínio financeiro, associando estreitamente os interesses dos setores monopolistas (industriais, comerciais e bancários). O crescimento de organizações financeiras (bancárias ou outras) o expressaria.

O neoliberalismo apregoava o antiestatismo, mas anunciou-se para os trabalhadores pela ação governamental, por meio de demissões em massa de funcionários públicos, abrindo as comportas para demissões em todos os setores. A criação da Força Sindical (FS), em 1991, demonstrava a nova tática patronal, desmontar por dentro a organização dos trabalhadores, assim como o volume de recursos que nela investiria. Luiz Antonio de Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo desde 1987, cujas proposições claramente pró-capital e sua intensa difusão do “sindicalismo de resultados” seriam recompensadas:

a burguesia agradece em dobro todos os serviços que Medeiros lhe presta. Na disputa das eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos em 1990, para não correr nenhum risco de derrota de seu parceiro, os empresários apresentaram várias vezes Medeiros, ora no programa Fantástico, ora no Jornal Nacional. (Giannotti, 2002: 65)

A indicação de Rogério Magri – grande amigo de Medeiros – para o Ministério do Trabalho do governo Collor, facilitaria a instalação da Força Sindical, com apoio governamental (contratos diversos) e diretamente patronal – fartas doações em dólares e canal aberto na grande mídia (Giannotti, 2002: 129-136, 156-159). A intimidade e experiência patronal com a aparelhagem estatal facilitariam a criação de inúmeros sindicatos para a FS (Giannotti, 2002: 83). A “falsificação da ira popular” que o período Collor representava (Oliveira, 1992) seria devastadora, e a cunha introduzida no universo sindical com a sustentação patronal doravante procuraria falsear permanentemente a atuação e até mesmo a consciência dos trabalhadores.

No bojo de transformações profundas, a Força Sindical parece-me apresentar a chave para a compreensão dos processos subseqüentes na formatação de uma nova modalidade de subalternização para os trabalhadores no Brasil, em contexto representativo. A Força Sindical teria caráter paradigmático para a reconfiguração da sociedade civil no Brasil, não somente pela estreita ligação com o grande empresariado (em especial das empresas monopolistas sediadas em São Paulo), mas porque inaugurou e permitiu consolidar a redução do comportamento sindical a um segmento dos trabalhadores, atado a uma dinâmica estritamente corporativa, de cunho imediatista e espetacular. O próprio funcionamento da aparelhagem sindical tornava-se modelar para a adequação e conformação ao neoliberalismo: procedimentos de “reengenharia” interna, demissão de funcionários, busca de eficiência e eficácia econômica (rentabilidade), agenciamento de serviços, como a venda de seguros diversos (contribuindo para desmantelar a luta pelos direitos universais), oferta de cursos pagos, preparação e adequação de mão-de-obra para a “empregabilidade”. Sob essa lógica, os sindicatos passariam a ser “gerenciados”, elaborando e exibindo uma similitude entre sindicalizados e acionistas, pela oferta de pacotes de ações de empresas públicas ou por meio da implantação de clubes de investimento sob “gestão sindical”. A atuação empresarial era simultânea e persistente, tanto pela “apresentação dos resultados” da Força Sindical, com a qual negociava abertamente, quanto pela pressão realizada sobre a CUT em diferentes planos, desde o endurecimento nas lutas sindicais, até as propostas de “gestão compartilhada” de parcela do valor (e da atividade) da força de trabalho, expressas nos acordos setoriais e na “democracia” no chão de fábrica.

‘Repressão e convencimento se ampliavam simultaneamente’. O funcionalismo público viveu a virada para a década de 1990 em meio a importantes contradições, com a existência de setores de ponta e bem pagos (sobretudo na área econômica) contrapostos a setores pauperizados; com uma pauta reivindicativa muitas

vezes apenas corporativa e escassamente universalizante. Seu perfil seria profundamente modificado, por meio de demissões em massa inauguradas no governo Collor e continuada no governo FHC por Planos de Demissão “Voluntária” (PDVs) impulsionados por supressão de direitos, gerando demissões e aposentadorias precoces, sem falar no estímulo oficial às demissões decorrente do engajamento governamental de longa duração nas privatizações das maiores empresas públicas. A essa violência direta se agregava a incorporação de trabalhadores em atividades públicas, em áreas cada vez mais extensas de atuação, sem contratos regulares (bolsas diversas e terceirizações).

O desemprego intensificava a rotatividade de mão-de-obra e a concorrência entre os trabalhadores; desmantelavam-se direitos associados a relações contratuais de trabalho; as organizações sindicais eram corroídas de seu interior; profundas alterações no setor público, iniciadas com as demissões e privatizações, foram o prenúncio de modificação acelerada do perfil da classe trabalhadora no Brasil.

A CUT ficaria enredada na armadilha, presa de suas próprias contradições. Ao longo da década de 1990, o setor dominante da entidade aderiria crescentemente às práticas induzidas e/ou impostas pelo capital, a começar pela duplicidade exibida quando das privatizações, nas quais se dividiu. Uma parte a combatia, outra participava da compra de ações – em especial por meio da participação sindical na gestão dos Fundos Previdência das grandes empresas públicas (Garcia, 2008). Intensas lutas internas ocorreriam, mas a CUT permaneceria capitaneada pelo mesmo grupo que hegemonizava o PT, controlador dos principais recursos da entidade. Longe de dedicar-se à compreensão da profunda reconfiguração da classe trabalhadora então em curso, adotou crescentemente comportamento similar ao da Força Sindical, apresentado como sindicalismo “cidadão” (Souto Jr., 2005).

Em outros termos, abolia-se ‘retoricamente’ a existência de uma classe trabalhadora, sendo atribuído aos sindicatos o papel legal e agora legitimado de “administrar conflitos”, convertendo-se em parceiros do patronato. Abriu-se uma campanha anti-Estado extremamente agressiva, ‘amedrontadora e pedagógica’, segundo os termos da própria Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que contou com a unanimidade da mídia e com a obediência governamental, direcionada para a doação de capital a grandes empresas monopolizadas e para a destruição dos direitos inscritos na Constituição de 1988.

A burguesia brasileira e seus sócios internacionais passariam a contar, após a destituição de Collor, com um suporte precioso, extremamente conveniente para o projeto a que se propunham. O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB),

criado em 1989, aportaria elementos de credibilidade eleitoral para a consolidação da estratégia patronal, ao tempo em que confundia seus adversários (Fontes, 2005). A elaboração intelectual para o programa de governo de FHC pode ser encontrada no livro da Fiesp – *Livre para Crescer* – publicado em 1990: em vigoroso e dramático programa de predomínio do grande capital em processo de financeirização, dedicava-se cuidadosa e longamente a definir papéis para o Estado, estabelecendo as políticas econômicas e sociais de sua conveniência. Ao menos a metade do livro, de mais de trezentas páginas, especifica o perfil do Estado então proposto, assim como as políticas almejadas (Fiesp, 1990; Martins, 2007: 189 segs.). Ao listar a atuação “pedagógica” de que deveriam se revestir, mencionavam que “as organizações empresariais – sindicatos, federações, confederações e associações (...) *precisarão liderar um pesado investimento na formação de pessoal em administração de conflitos*” (Fiesp, 1990: 270, grifo meu). A intenção burguesa de reduzir a democracia a seu aspecto gerencial era explícita, permitindo compreender sua atuação conjunta em numerosas frentes.

Fernando Henrique Cardoso atuaria, pois, sob a batuta empresarial,² seguindo a pauta proposta, ainda que com ajustes em virtude de escândalos, de disputas internas ao próprio empresariado e de resistências populares (entre as quais vale lembrar a manifestação realizada durante as comemorações oficiais da colonização do país por Portugal, em 2000).

Tratava-se de limitar estritamente o sentido do termo ‘democracia’, apagando os componentes socializantes de que se revestira e convertendo-a para um significado único: ‘capacidade gerencial’. Toda e qualquer formulação anti-sistêmica ou tentativa de organização dos trabalhadores como classe social deveria ser desmembrada e abordada de maneira segmentada: admitia-se o conflito, mas este deveria limitar-se ao razoável e ao gerenciável, devendo seus protagonistas admitir a fragmentação de suas pautas em parcelas ‘administráveis’. Para os renitentes, a repressão seria feroz (como foi o caso da extrema violência contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST – ao longo das duas gestões FHC, apoiada e estimulada pela mídia).

O período FHC (1995-2002) caracterizou-se, portanto, pelo ataque concertado (o eufemismo ‘concertação social’ o designava) aos direitos sociais e, sobretudo,

² Vale lembrar que nesse período ocorreu a ascensão de uma renovada e agressiva parcela de setores sociais médios (os ‘novos banqueiros’ do período FHC, cf. Guiot, 2006) ou sindicais (os sindicalistas gestores do grande capital, cf. Garcia, 2008 e Oliveira, 2003) para cumprir os papéis subalternos da expansão dos setores financeiros.

às organizações mais combativas dos trabalhadores, seja de maneira abertamente violenta contra entidades de trabalhadores que resistiam (caso, por exemplo, do sindicato dos petroleiros), pela permanência e aprofundamento da truculência policial, como pela violência indireta – privatizações a toque de caixa e estímulo às demissões. À violência somava-se uma nova “pedagogia da hegemonia” difundida pelas entidades empresariais e governamentais, abrangendo o universo sindical, escolar (em todos os níveis), igrejas, entidades associativas e culturais e praticamente toda a mídia, agindo intensamente para espriar a dinâmica do capital em todos os espaços organizativos. Obra coletiva coordenada por Lúcia Neves define este processo como uma reconfiguração do neoliberalismo – agora de terceira via – e mostra sua atuação coordenada para captar corações e mentes, forjando uma sociabilidade peculiar (Neves, 2005). A realização de uma extensa e profunda remodelação do Estado tornava claro o que estava em jogo na campanha anti-Estado, ao fomentar uma expansão seletiva da sociedade civil voltada para desmontar pelo interior as organizações populares, assegurar novos setores de atividade capitalista que precisavam gerenciar a força de trabalho desprovida de direitos e expandir a direção dessa burguesia altamente concentrada sobre o conjunto das atividades sociais (principalmente aquelas voltadas para cultura).

A suposição do esmagamento da classe trabalhadora sob o peso de tal ataque capitaneado pela burguesia e adotado pelo governo FHC não é de todo equivocada, embora seja limitada. Ora, a expansão do capital para fazer frente à crise dos anos 1980 e ao avanço das lutas sociais reconfiguraria a própria classe trabalhadora, num movimento característico da dinâmica capitalista. Desde 1994, Jaime Marques Pereira observava que

o setor informal é hoje considerado uma *fonte de riqueza, um potencial inexplorado de empregos e de rendas* mesmo que o aumento considerável de famílias condenadas a reduzir suas expectativas e meras estratégias de sobrevivência seja, provavelmente, uma das principais causas do crescimento da economia informal. (Pereira, 1994 *apud* Gohn, 2004: 296, grifo meu)

O fim apregoado do mundo do trabalho se limitava à redução drástica dos empregos com direitos e a enorme intensificação da exploração dos trabalhadores (Antunes & Silva, 2004), resultado das intensas expropriações sociais em andamento (Fontes, 2005, 2008).

Estava em curso uma redefinição da classe trabalhadora e do terreno no qual se travam as lutas de classes, que transbordavam dos espaços até então demarcados – em especial o sindicalismo – para todas as formas associativas, embora sob o

crescente envolvimento direto empresarial. Foi simultaneamente um processo ‘reativo do conjunto da burguesia’, diante do crescimento dos movimentos sociais (e, em especial, dos movimentos rurais, explicitamente mencionados no programa da Fiesp, à página 270) e da ameaça em que poderiam se converter CUT e PT caso os setores fiéis à agenda socializante que ainda atravessava extensos segmentos sociais assumissem sua direção, e ‘invasivo’, correspondente à expansão da grande burguesia monopolista, crescentemente financeirizada (expandindo a extração de mais-valor para novas formas laborais, sob a pressão da dinâmica competitiva impulsionada pela financeirização internacional), coligada (ou não) ao grande capital internacional, mas por ele direcionada. Introduziam-se padrões de sociabilidade de novo tipo, que ‘incluíam agora o custo empresarial para administrar conflitos’, imiscuindo-se nas mais variadas entidades organizativas, redefinindo a composição da sociedade civil em suas reivindicações e em sua articulação com o Estado. Embora contando com um projeto explícito, não se pode dizer que seu formato final já estivesse integralmente ali contido: este dependeria da forma histórica (isto é, do resultado dos conflitos então exacerbados). A concentração de capitais então impulsionada, em sua contraface, expandia as relações sociais ‘necessárias para o capital’: produção em massa de trabalhadores totalmente dependentes da venda de sua força de trabalho sob quaisquer condições, criando um ambiente de novo tipo para a reprodução ampliada desse mesmo capital, o que produziria novos efeitos sociais. Trazia também uma remodelação da composição e da atuação burguesas, em sua dinâmica interna e externa, em virtude das condições cambiantes da luta social. O eixo unificador burguês residia – e permanece residindo – no binômio ‘defesa da propriedade (segurança)’, assegurando o movimento de gigantescas massas monetárias em busca de expansão e ‘controle permanente, através da persuasão e do apassivamento dos setores populares (alívio à pobreza)’ sem, no entanto, abrandar a truculência repressiva. A grande novidade brasileira era sua efetivação sob o formato representativo-eleitoral.

Essa expansão de relações sociais capitalistas teria ritmo e extensão diferenciados, em virtude de sua capacidade de agregar – isto é, transformar, deformar e converter – expressivos segmentos organizados dos trabalhadores, cuja dinâmica deveria ser emasculada de seu potencial emancipador. Em outros termos, o processo implica e resulta em intensa luta de classes. O conjunto díspar das lutas populares remanescente da década de 1980 foi capaz de impor temas (como o da participação e do combate às desigualdades), mas sofreu golpes assestados de seu próprio interior. E isso tanto prática quanto intelectualmente.

O tema da ‘sociedade civil’, cujo papel crescera na década de 1980, se tornaria central nos anos 1990, recoberto dos mais variados sentidos e embutia dois momentos consecutivos. No primeiro, o esvaziamento do ímpeto socializante que ainda continha, derivado das lutas da década anterior. No segundo, a subalternização de uma enorme miríade de entidades ao predomínio das fundações e associações empresariais “sem fins lucrativos”, por meio da responsabilidade social empresarial.

Desde muito precocemente, calcados na definição clássica liberal, governo e empresariado utilizaram o atributo – ‘ser não governamental’ – como símbolo de virtude social, ainda que atuassem valendo-se do próprio âmbito governamental. Na década de 1990, esse seria o mote central. Para esse processo, muito contribuiria a expansão de uma grande diversidade de ONGs no mesmo período.

DA CIDADANIA DA MISÉRIA À MISÉRIA DA CIDADANIA

Formas associativas internacionais ou cosmopolitas já têm uma longa história; a expressão Organização Não Governamental nasce no pós Segunda Guerra Mundial no cenário internacional (Ryfman, 2004: 18). Entidades similares existiram no Brasil desde então (Pereira, 2003: 21-45). Na década de 1980, atuando como “apoia-doras” de movimentos sociais, introduziriam nova ambigüidade para a compreensão da relação entre lutas sociais e classes sociais.

Se até 1988 o Estado remanescente da ditadura (e seus aparatos) estavam sob o alvo de duríssimas e legítimas críticas, não perceber a estreita e íntima correlação entre sociedade civil e Estado apagava o vínculo já tradicional entre ele e os aparelhos privados de hegemonia dos setores dominantes. Principalmente, dificultava a coesão necessária para a realização de lutas universalizantes, cuja viabilidade depende fortemente de uma estreita correlação entre os diferentes aparelhos privados de contra-hegemonia. Conquistas universalizantes supõem uma organização da luta (o papel do “novo príncipe”, segundo Gramsci, qualquer que seja o seu formato organizativo) capaz de ir além do horizonte imediato e de traduzir em projetos coletivos, de classe, universais, o que de outra forma se apresenta como demandas desagregadas, pontuais e individualizadas ou, no máximo, corporativas.

A recusa ao reconhecimento de vínculos de classe por uma seleta parcela das ONGs do campo popular se iniciara desde a década de 1980. Não foi a redução numérica da classe operária de base industrial que a ocasionou, nem o ataque concertado que sofreria o conjunto da classe trabalhadora. Ao contrário, a redução da

capacidade organizativa contra-hegemônica alimentada por elas desde o período anterior favoreceria o ataque empreendido aos direitos dos trabalhadores. Desqualificando os meios teóricos para compreender o fenômeno de remodelação da classe e das arenas de luta, adotaram – também retoricamente – uma ‘novilíngua’ da qual desapareceriam as referências às classes sociais, embora conservassem alguns dos grandes temas populares (Arantes, 2000). Por meio de enormes e bem-sucedidas campanhas, adensaram o viés filantrópico e favoreceram, em contrapartida, sua incorporação midiática. Contribuíram decisivamente – ainda que com o coração partido – para o sucesso do desmonte dos direitos universais, a cujo espólio se candidataram a gerir, apresentando-se como as gestoras mais confiáveis dos recursos públicos. Compreendendo ou não o que faziam, com boa ou má vontade, abriram o caminho para o empresariamento da solidariedade, do voluntariado e para a formação de uma nova massa de trabalhadores totalmente desprovidos de direitos, ao lado do fornecimento de uma espécie de “colchão amortecedor” (Coutinho, 2004).

A realização da Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92) no Brasil, e a simultânea Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento estimulou a prévia constituição da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), em agosto de 1991, congregando em torno de duzentas entidades, entre as quais figuravam as maiores e mais conhecidas ONGs no Brasil, grande parte com fortes vínculos religiosos, sobretudo católicos. A Abong procuraria, ao longo da década, qualificar-se como a principal porta-voz da ‘sociedade civil’ brasileira, valorizando uma concepção de autonomia definida vagamente pela inexistência de vínculos governamentais (mas cristalizada como forma associativa distante de qualquer referência às classes sociais), contribuindo para o apagamento retórico da classe trabalhadora, reduzida às suas instituições ‘legais’ (especialmente sindicatos e centrais).

O universo das ONGs é extenso, multiforme e vago. Vou me concentrar, neste artigo, na Abong, a mais reconhecida porta-voz das ONGs no Brasil. Convencida de sua abrangência nacional, da qualidade “moral” de suas integrantes e fortalecida em sua representatividade, a Abong se erigiria na mais visível interlocutora (do governo, das entidades internacionais, das universidades) para assuntos ligados à sociedade civil. Nossa ênfase nessa entidade – e em suas associadas – reside no fato de que procurava manter-se próxima ao campo popular, numa posição que procurava definir como democratizante e por reunir as mais conhecidas ONGs – as chamadas King ONGs, como Federação de Órgãos para Assistência Social e

Educacional (Fase), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Instituto de Estudos da Religião (Iser), além de entidades com horizontes diversos, como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (Cepia), Grupo Afro Reggae, entre outras. A Abong aprofundaria a idealização “virtuosa” da sociedade civil iniciada nos anos 1980, com forte viés filantrópico (miséria e pobreza eram temas freqüentes) e, ao adotar o papel de “associação das associações”, sua defesa das ONGs extrapolava amplamente o espectro de suas associadas.

Além disso, eventualmente denunciava o papel do grande capital, sabedora do risco de uma integração subalterna por meio dos acordos com agências internacionais (como o Banco Mundial). Simultaneamente, exigia o acesso aos recursos públicos para as ONGs – reivindicação formulada de maneira genérica, confortando seu papel de representação de todas as ONGs, assegurando sua visibilidade – e organizava campanhas, apoiadas em argumentos gerenciais, de segmentação dos “serviços sociais” em prol de suas afiliadas. Acreditava estar ampliando, mas sustentava o desmantelamento de direitos. Embora inicialmente próxima – ela e boa parte de suas associadas – ao PT, procurou sempre demonstrar ciosamente sua “autonomia” e profissionalismo. Sua “marca” popular auxiliava sua difusão entre setores do PT, fomentando resolutamente as iniciativas “cidadãs” então realizadas em conjunto com sindicatos filiados à CUT e mesmo à FS. Admitia a interlocução e a “parceria” com qualquer setor social (ou sua expressão partidária ou governamental), integrando as iniciativas do governo FHC, como a Comunidade Solidária.

As ONGs – e a Abong – em que pese a diversidade de atuação de suas afiliadas (ecologia e defesa do meio ambiente, Aids, gênero, etnia, movimentos sociais rurais e urbanos, centros de estudos) nutriam-se de uma importante herança: a agenda contra-hegemônica estabelecida pelas lutas populares da década de 1980, que avançavam sobre questões estruturais, especialmente nos temas da desigualdade social; da recusa do peso social das dívidas (externa e interna), denunciando a remessa de recursos para o exterior e sua não-aplicação em políticas públicas nacionais; da manutenção de expectativas e reivindicações populares pela efetiva universalização do acesso aos serviços essenciais (saúde e educação), e da exigência de maior participação popular na formulação das políticas públicas.

As reivindicações socializantes foram subordinadas pelo PT a uma vaga definição de democracia, mas conservavam forte perfil igualitário e envolviam o

desmonte do controle patronal sobre o Estado. Subsistia uma valorização simbólica dos trabalhadores, apesar da confusão semântica que se expandia, em primeiro lugar, pela redução retórica do universo dos trabalhadores à sua representação oficial (CUT e FS); levando a considerar os desempregados e os novos “sem-direitos” como “excluídos”. Essa redução era ainda reforçada, sobretudo pela mídia, pela desqualificação dos setores sindicais combativos nos pólos de conflito social (apresentados como radicais ultrapassados, avessos à negociação), pelo elogio e apoio ao sindicalismo responsável (o peleguismo convertido em virtude), ao lado do reconhecimento discursivo e pragmático da importância da participação dos trabalhadores nos locais de trabalho e nos fóruns de decisão, redução coroada pela onipresente menção condoída aos desempregados (Fontes, 2005).³

O processo de dismantelamento e de deslocamento do papel das organizações contra-hegemônicas se inicia em períodos anteriores. Desde o final dos anos 1970 generalizara-se nos países centrais a neutralização dos antigos centros intelectuais que, crescentemente, abandonavam projetos sociopolíticos de transformação radical, restringindo-se a atividades mais pontuais e defendendo-as como a única maneira possível de luta. Estimulava-se um processo de desengajamento de projetos unificados de luta e ampliavam-se – aberta ou silenciosamente – intervenções cosmopolitas de cunho filantrópico, voltadas para os “pobres do mundo”, apoiadas no ‘benevolato’ ou no trabalho voluntário, ao lado da institucionalização de lutas específicas, sobretudo ambientalistas e feministas. Os *think tanks* e fundações empresariais estadunidenses, acompanhados de seus congêneres europeus, estendiam sua atuação pelo mundo, absorvendo grupos locais, financiando projetos, supervisionando atividades, caso no Brasil, do Cebrap e, depois, de entidades integrantes do Fórum Social Mundial, co-patrocinada pela Ford Foundation. Essa cosmopolitização da atividade social e intelectual reiterava os comportamentos adaptativos e subalternos de parcela dos novos intelectuais recém-egressos dos cursos superiores, e configurariam novos espaços profissionais, crescentemente valorizados.

Nos anos 1990 havia no Brasil uma plêiade de Aparelhos Privados de Hegemonia (APH) com pesos e formatos organizativos diversificados, a começar pelo

³ A manutenção da agenda contra-hegemônica não é o alvo deste livro. Vale notar que o mais importante movimento social contra-hegemônico no período foi o MST, ao correlacionar permanentemente a desigualdade à ‘estrutura da propriedade no Brasil’, e em especial a propriedade da terra e do capital. Não estava sozinho, pois diversos setores sindicais permaneciam combativos, abrigados numa CUT em processo de hegemonização pelas correntes e setores mais adaptados aos novos ventos, assim como diferentes movimentos sociais populares permaneceriam refratários à agenda da terceira via.

controle quase monopólico dos meios de comunicação, nos quais predominava de maneira incontestada a Rede Globo. Uma parcela recém-constituída desses APH se anunciava claramente como acoplada à classe social que lhe dava origem – os de base direta e imediatamente empresarial. Entidades como a efêmera e brutal União Democrática Ruralista (UDR), como o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (Bianchi, 2001), Instituto Ethos ou a Fundação Abrinq (Martins, 2007), ou a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) (Mendonça, 2006), a título de exemplo, tinham clareza de seu local social. Como de praxe, como o fizeram as entidades empresariais e suas antecessoras, denegavam a existência de classes sociais e procuravam se apresentar seja como a expressão de uma “neutra” racionalidade econômica e de promoção do desenvolvimento, seja como a defesa intolerante da propriedade e de seus privilégios ou, ainda, como a face moderna e “civilizada” do empresariado brasileiro. Disponham de meios e de recursos monetários e prepararam-se para “administrar os conflitos”. Disputariam, palmo a palmo – dispondo de fartos recursos –, os conteúdos dos termos sociedade civil e democracia, e o fariam pela criação de novas entidades ou do financiamento a projetos por eles previamente selecionados. A partir de 2000, teriam a companhia e a assessoria do Banco Mundial, confortando ainda mais sua atuação (Garrison, 2000).

Peculiar é que entidades, como as ONGs que se propugnavam “apoiar”, “assessorar” os movimentos populares, tenham secundarizado a reflexão em termos da concentração de capitais, da composição da extração de sobretrabalho, das formas de subalternização no conjunto da vida social. Contribuições empresariais dispostas a apoiar suas iniciativas pontuais eram bem-vindas, consideradas como expressão de democratização, esta cada vez mais limitada à gestão eficiente de recursos em situação de urgência imediata. O deslocamento classista que tais financiamentos impunham, se acompanhava pelo abandono da classe trabalhadora no discurso, no pensamento e na prática. Sua permanência na vida social – a começar pela evidência gritante da vitalidade das classes dominantes – não parecia mais constituir um problema a averiguar.

Um dos mais acirrados combates – aberto ou dissimulado – envolveria os temas que as demandas populares incrustaram na agenda pública (no Estado, em sentido restrito, e na tensa conexão entre sociedade civil e sociedade política, em sentido amplo).

DA DESIGUALDADE À POBREZA 'EXCLUÍDA': A NOVA POBRETOLOGIA⁴

Se as desigualdades brasileiras eram por demais evidentes para serem negadas, seriam agora sistemática e reiteradamente imputadas à incompetência e à ineficácia governamentais. Esses termos foram exaustivamente empregados para questões, setores sociais e alvos diferentes uns dos outros. Foram repisados de maneira sistemática, por exemplo, por um dos mais importantes canais educativos da atuação burguesa na década de 1990, o complexo de publicações da Editora Abril, com ênfase para as revistas *Veja*, *Nova Escola* e *Veja em Sala de Aula*, repetidoras incansáveis dos padrões do grande capital e de seus pontos de vista (Silva, 2005; Gentil, 2003). Vale lembrar que a então primeira dama, Ruth Cardoso, integrou o Conselho Curador da Fundação Victor Civita, que publica a revista *Escola*. A causa primordial, atribuída ao Estado, por diferentes aparelhos privados de hegemonia dos setores dominantes, era amplificada pela mídia e traduzia a nova tática do capital: expunham cruamente o mal-estar real que existia entre a população. Apagava-se a seletividade das políticas públicas, a diferença entre as diversas agências no interior do Estado (poupavam as “modernas” e que correspondiam a seus próprios interesses, aliás infinitamente melhor aparelhadas do que as voltadas para o atendimento à população em geral) e o seu próprio papel no interior deste. Atribuir todas as causas à incompetência genérica do Estado brasileiro permitia ressaltar o novo foco – gerenciar de maneira privada, concorrencial e lucrativa políticas públicas voltadas para a maioria da população. Incompetência e ineficácia também imputadas aos funcionários públicos, acusados de deformações por estarem distantes da concorrência no mercado de trabalho. Ainda que esse argumento fosse brandido genericamente, voltava-se em especial para as empresas que os grandes capitais procuravam abocanhar – as telecomunicações, siderúrgicas, educação, saúde – e estimulavam um novo padrão de gerenciamento – de cunho mercantil, voltado para o imediato e rentável – para as políticas públicas.

A incompetência e a ineficácia eram, ainda, atribuídas aos próprios trabalhadores. Deslizava-se assim do terreno da produção política do desemprego em massa e de suas conseqüências sociais para o terreno economicista da inevitabilidade tecnológica do fim do “trabalho”, elevando a “empregabilidade” ao estatuto de atributo essencializado.

⁴ O termo foi tomado de empréstimo a Pereira (2008), que apresenta detalhadamente a expansão do tema com base na atuação do Banco Mundial.

A Abong integraria essa dinâmica pela ênfase na formação e na capacitação dos movimentos sociais e de sua “clientela” (outras ONGs menores), de forma a facilitar sua inserção no mercado, “assessorando” e “formando” setores populares tendo em vista garantir “geração de emprego e renda” ou a “minorar” a pobreza, em prol de formas mais ou menos alternativas de “desenvolvimento”. Um dos argumentos nos quais se centraram para defender suas próprias atividades seria exatamente o de eficiência e eficácia na aplicação de recursos públicos, credenciando-se para captá-los, aplicando-os de forma mais “eficiente” e “competente” do que os órgãos públicos.

Duas campanhas foram emblemáticas para a transição entre as referências anticapitalistas que subsistiam e a instauração de um perfil indistinto adotado por grandes ONGs. O Movimento Ética na Política exigiu a destituição do governo Collor e contou com intensa mobilização popular. Embora voltado para alvo diretamente político, eximia-se da perspectiva de organização de classes, limitando-se a uma abordagem moralizante. Após o *impeachment*, dele se desdobraria a Ação da Cidadania (1993), agora com caráter emergencial e propositivo, que se converteria em Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida (Gohn, 2004: 306) e que experimentou enorme sucesso. Foi capitaneada por Herbert de Souza, o Betinho, por intermédio do Ibase, então uma das maiores ONGs do país. Balizada num registro ‘fraterno’ que lhe permitia ‘furar’ o bloqueio dos meios de comunicação, a campanha procurava mobilizar todos os setores sociais. Constituindo uma grande frente, chegou a contar com milhares de núcleos, espalhados em todo o país e a recolher (e distribuir) grande quantidade de donativos.

O impacto da campanha foi enorme. As questões de profundo impacto emocional e cultural (proclamadas como éticas e morais) que assumiam a frente do cenário social estavam apoiadas em forte sentimento popular, e transbordavam os canais sindicais e parlamentares, inclusive com a instauração de comitês da cidadania. O direcionamento da campanha evitou cuidadosamente enraizá-la nos elementos contra-hegemônicos, o que exigiria denunciar as expropriações em curso (e não apenas apiedar-se diante de seus efeitos), insistindo para assegurar uma ‘participação de todos’ – sobretudo dos novos empresários com perfil moderno, como o PNBE – que desconsideravam as clivagens de classe. Assim, a campanha permitiu à nova tática burguesa de “administração” de conflitos acelerar o trânsito da demanda de igualdade para o terreno da “inclusão”.

As ONGs recusaram-se à construção de uma diretriz contra-hegemônica, o que implicaria certamente uma modificação do alcance imediato da campanha,

pela rejeição que provocaria em alguns de seus integrantes. Sobretudo, arriscaria bloquear o acesso ao empresariado, aos órgãos e recursos públicos e, finalmente, à grande imprensa.

A proposição de gestão privada de recursos públicos assumiria sua plena feição ao ser encampada pelo mundo empresarial, com a formação de entidades similares. Novamente as ONGs – e a Abong – amaciariam a resistência popular pelo seu próprio exemplo, adaptando-se de maneira flexível e pragmática aos novos tempos. Ao basearem a defesa de sua posição como entidades ‘privadas, mas sem fins lucrativos’, buscavam explicitamente credenciar-se a gerenciar de forma mais flexível e rentável as políticas públicas, propondo um fictício terceiro setor, que se imagina “nem mercado, nem estatal” (ver a excelente crítica realizada por Montañó, 2002). Rubem Cesar Fernandes, ligado ao Iser e ao Viva Rio (posteriormente alcunhado de Viva Rico, admitia o crescimento da concorrência entre as ONGs, naturalizando sua interpenetração com bancos privados, hotéis interessados em expandir o turismo, agências multilaterais (citando explicitamente a Organização Pan-Americana da Saúde [Opas] e a Organização Mundial da Saúde [OMS], ligadas à saúde), empresas multinacionais, marketing, políticos eleitos e movimentos sociais. Elogiava essa “tendência de romper barreiras anteriormente insuperáveis, que definiam alianças e oposições em termos de grandes divisões partidárias e ideológicas.” Para ele, tais exemplos “evidenciam também a busca de formas interativas mais leves e circunstanciais, capazes de expressar um sentimento difuso de urgência no enfrentamento dos problemas socioinstitucionais” (Fernandes, 1994: 134-5).

Ao longo dos anos 1990 a pobreza seria alçada à grande urgência genérica no Brasil, essencializada e reificada – quantificava-se os pobres, mas esquecia-se da produção social de expropriados, disponíveis para qualquer atividade remunerada mercantilmente. A própria atuação governamental – em estreita relação com os aparelhos privados de hegemonia de base empresarial – enfatizaria abertamente o tema da pobreza, por meio de uma série de pesquisas realizadas pelo Ipea.⁵

⁵ Uma das mais divulgadas foi realizada por Sonia Rocha, economista que foi consultora do Banco Mundial para o estabelecimento de linhas de pobreza para o Brasil com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares de 1987-1988 (quando trabalhava no Ipea), e para a realização de estudos de incidência e caracterização de pobreza utilizando estes parâmetros. De 2002 a 2005 foi coordenadora de projetos do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getulio Vargas, responsável pela avaliação de projetos sociais financiados pelo governo americano em quinze países da América Latina. Atualmente, integra o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), Fasfil que se apresenta como *think-tank* “independente, de interesse público, plural, multidisciplinar, dedicado ao diagnóstico, avaliação e desenho de estratégias destinadas

Longas discussões ocupavam os jornais sobre a definição de uma “linha de pobreza” e sobre a quantificação dos “pobres” no país, tendo chegado a alterar, inclusive, a construção de indicadores sociais em órgãos relevantes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relegado a um segundo plano pela associação direta entre o Ipea (órgão ligado à Presidência da República) e as ONGs. As metodologias de construção de indicadores mais amplos, que predominavam no IBGE seriam substituídas em razão da

preponderância de uma dessas agências no campo da produção/disseminação dos indicadores de mensuração da ‘pobreza’ focalizados: o Ipea. É a seus quadros que pertence a maioria dos especialistas no tema, bem como é dele que emergem alguns dos mais importantes especialistas/gestores da ‘pobreza’ no nível do Estado em seu sentido restrito. A recente criação da Rede-Ipea [congregando entidades públicas, associações profissionais e ONGs] é o maior exemplo dessa imbricação entre um dado aparelho de hegemonia e o Estado, cujo produto, para além da disseminação – via mídia e o próprio campo acadêmico – da percepção do fenômeno que se pretende efetivar, traduz-se na possibilidade de subordinação de agências congêneres aos ditames dessa instituição. (Mendonça, 2000: 298)

Os novos indicadores reduziam e nivelavam as noções de “questão social” e “pobreza”, implantavam uma poderosa ferramenta de naturalização da pobreza, apagando do fenômeno seu caráter de classe e anulando as reais causas da pauperização (Mendonça, 2000: 296). Foram sobretudo

construídos com o intuito de impedir qualquer tentativa de compreensão da totalidade social, já que tratam – isto é, “isolam” – a pobreza como um *fato* e não um *processo*, como um *estado* e não o produto de uma *relação social*, produtora de *desigualdades*, com a *pobreza e a desigualdade sendo tratadas como categorias distintas* contribuindo para o apagamento desta última” (Mendonça, 2000: 297)

O fenômeno da pobreza, recortado da totalidade viva social e convertido em objeto de análise promovia uma homogeneização da realidade pelo abuso de indicadores, o que “subsidiava uma das faces da legitimidade de um novo pensamento tecnicista e tecnocrático que, sob o manto da aparente neutralidade científica – conferida pela objetivação – referendam um importante instrumento político na disputa pela hegemonia” (Mendonça, 2000: 298).

ao desenvolvimento, numa perspectiva inovadora. Entre nossos associados estão professores, pesquisadores, empresários, jornalistas, formuladores e gestores de política, lideranças sociais de diferentes tendências e instituições”. Disponível em: <http://www.iets.org.br/rubrique.php?id_rubrique=1>. Acesso em: 23 maio 2008.

A disputa ocorria também no terreno intelectual e se traduzia no confronto entre a explicitação da produção acelerada de desigualdades em curso e a construção de uma pobreza essencializada. A atuação conjunta (governo FHC-empresariado) procurava incorporar, aproximar as organizações e entidades que ainda mantinham relações com o campo popular, chamadas a participar da elaboração de tais indicadores, difundindo as “competências técnicas” para a gestão social do fenômeno. O tema da pobreza seria ainda acoplado por uma outra designação, que aprofundava a descaracterização das relações sociais – a “exclusão social”.

O eixo mercantil-filantrópico não se desfez, mas se subordinaria a um programa, agora de terceira via (e de terceiro setor), forjando e difundindo uma “virtude cidadã” que destroçava direitos em nome da urgência e da miséria.

Auto-referenciadas como integrando o terreno popular, a maioria dessas ONGs já havia abandonado qualquer reflexão em termos de classes sociais, aceitando as novas proposições de subalternização da participação popular, reduzida à dimensão unilateral da pobretologia e desprovida de sentido histórico e transformador como se resultassem de uma “vitória”, como “avanço” social. Deslizavam para a órbita da dominação financeira e da hegemonia patronal.

ABERTURA INTERNACIONAL E COSMOPOLITISMO

Outro ponto de deslizamento foi o teor magnetizante do programa neoliberal brandido pelos setores patronais – capitaneados pelo setor financeiro e por conglomerados internacionalizados – de incorporação imediata aos ditames da “globalização”, pela abertura de mercados. As reclamações recorrentes contra o fechamento do mercado brasileiro martelavam sempre os mesmos temas: a desqualificação das “autarquias”, a má qualidade do serviço público, acrescidas por vezes da denúncia da incompetência de empresários “protegidos” pelo Estado. Fernando Henrique Cardoso e Bresser Pereira, cujo cosmopolitismo intelectual facilitava a adesão incondicional aos ditames internacionais (ainda por cima amparados pelos grandes setores nacionais), foram dois de seus principais elaboradores e implementadores. Se essa proposta de abertura (termo que ainda conservava sua conotação positiva, ligada ao recente processo de restabelecimento de um Estado de direito no Brasil) tinha alvo preciso, a desregulamentação financeira e do mercado de trabalho era propagandeada como uma revolução na vida cotidiana, enfim aberta para as novidades – de consumo e de comportamento – disponíveis no mercado internacional.

Ora, os novos profissionais que viviam de “apoio e assessoria” aos movimentos sociais, deles se afastariam ainda mais, construindo um dique em torno de sua “autonomia”. Tornavam-se “parceiros” de organizações similares ou de agências internacionais do capital. Diferindo um pouco segundo os períodos, a formação de ONGs teve uma forte marca cosmopolita. Inicialmente, no final dos anos 1970 e início dos 1980, a relação entre ex-exilados e fontes internacionais de financiamento assegurou a constituição de uma boa parte das ONGs. Em seguida, o estreito relacionamento com as agências internacionais de financiamento, sobretudo religiosas, abriu caminho para a aproximação com congêneres internacionais e com diferentes instâncias de agências internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU); o acompanhamento de reuniões e de fóruns internacionais (desde reuniões com o Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud – e, na sequência, acompanhando o ciclo de fóruns sociais organizado pela ONU) reforçava um perfil de profissionais-“militantes” fortemente marcados pelos contatos internacionais (Landim, 1993).

O avanço das novas expropriações capitalistas não ocorria apenas no Brasil (Harvey, 2004), incidindo de maneira desigual inclusive sobre os países centrais. A classe trabalhadora em processo de reconfiguração, posta em concorrência aberta no cenário internacional, não elaborara organizações capazes de reconfigurar também suas formas de luta. Lá como aqui, formas dispersas de luta popular abrigaram-se sob o rótulo genérico de ONGs. O Ciclo de Conferências Sociais da ONU, na década de 1990, admitiu a participação de entidades associativas, filtrando e catalisando setores da sociedade civil em ambiente cosmopolita, distanciando-as de reivindicações internacionais voltadas para os novos conteúdos de classe no plano internacional. O mesmo ambiente aproximava-as de novas fontes empresariais de recursos e do financiamento de seus Estados de origem.

A relação das ONGs no Brasil com os moldes e comportamentos neoliberais da ‘globalização’ não deve ser considerada de maneira linear, pois ora flertavam com os acenos internacionais, ora se assustavam com suas conseqüências. Na década de 1990 dependiam ainda fortemente de recursos provenientes do exterior, o que as induzia a formas de atuação específicas. Por sua inserção e intimidade em âmbitos internacionais, tendiam a valorizar e legitimar procedimentos de abertura política e cultural (nem sempre defendendo a abertura de mercado), incorporando os temas internacionais em suas pautas internas. Muitos de seus profissionais – cuja trajetória, como foi mencionada, derivava de militância originada em organizações partidárias ou políticas – aderiram precocemente à suposição de que o fim

da guerra fria se traduziria pelo mundo kantiano da paz perpétua cujo prenúncio seria uma idílica “sociedade civil planetária” (Grzybowski, 1996 *apud* Pereira, 2003: 96-97). Ao mesmo tempo, porém, observavam que sua nova intimidade com agentes financeiros mundiais – em especial, o Banco Mundial – poderia resultar em sua instrumentalização.

ESTADO E DEMOCRACIA

As contradições já estavam expostas no início dos anos 1990 e, em texto produzido em 1991 reconhecia que “as ONGs brasileiras se desenvolveram contra o Estado” (Souza, 1991: 7), mas porque este fora ditatorial, ao contrário delas que eram “honestas, competentes, pequenas, flexíveis e eficientes. Tinham todas as vantagens para substituir o Estado corrupto, incompetente, gigante, burocrático e ineficiente” (Souza, 1991: 5). Percebia que, por essas razões, o Banco Mundial procurava estabelecer “parcerias”, levando-as a agir como substitutas do Estado e como ponta de lança do mercado e do grande capital. Se todas essas questões foram abertamente apontadas e o papel proposto pelo Banco Mundial era recusado (ao menos retoricamente), as conclusões permaneciam ambivalentes:

o papel das ONGs na década de 90 é pura e simplesmente propor à sociedade brasileira, a partir de sua posição na sociedade civil, uma nova sociedade cuja novidade não estará no fato de ser brasileira, mas na condição e qualidade universal de ser democrática. (...) Uma sociedade capaz, portanto, de erradicar, como prioridade absoluta, a pobreza, a miséria e promover o desenvolvimento de si em toda sua diversidade e complexidade. (Souza, 1991: 10)

Ainda que o grande capital internacional (sem menção ao brasileiro) figurasse como uma espécie de pano de fundo diante do qual deveriam estar atentas tais ONGs, nesse documento não há mais nenhuma definição que as conecte a uma posição de classe. O próprio Banco Mundial – apesar das reservas – era admitido como um possível “parceiro”, desde que aceitasse as condições a lhe serem “impostas”. A retórica fazia a volta completa, invertendo o sentido das imposições. A questão social se cristalizava de maneira técnica e filantrópica (propõe-se erradicar a miséria e não alterar as condições sociais que a produzem). A questão nacional limitava-se a assinalar aspectos problemáticos da ingerência de algumas entidades internacionais, admitindo, porém, a lógica que as dirigia no âmbito interno.

A democracia seria um terreno precioso para a investida empresarial e das agências internacionais do capital, com ênfase para o próprio Banco Mundial. Sua

pauta exigia centralizar as eleições, reforçar as garantias da propriedade e aprofundar o “gerenciamento”, inclusive dos conflitos, sendo o “alívio à pobreza” e a “segurança” as políticas norteadoras do Banco Mundial. Tratava-se portanto de, admitindo a existência da pobreza (separada das relações sociais que exacerbam as desigualdades), de incorporar de maneira subalterna entidades e associações populares, convocadas a legitimar a ordem pela sua participação na gestão de recursos escassos. As reivindicações populares seriam canalizadas, por exemplo, pelos Orçamentos Participativos que teriam forte papel pedagógico. Fruto de reivindicações populares pelo controle efetivo dos orçamentos públicos, resultariam na sua agregação à institucionalidade vigente, bloqueadas economicamente e subalternizadas politicamente.

As ONGs, instadas no cenário institucional (e financiador) a integrar-se a tais instâncias, eram incansáveis na reafirmação de sua total desconexão com as dinâmicas organizativas de cunho classista. Este procedimento, apresentado como ‘apolítico’, desde os primórdios figurava em seus estatutos e propostas. No papel de representantes qualificados da “sociedade civil” brasileira, passaram a compor conselhos de Estado, entidades públicas e seriam convocadas, pelas agências internacionais, como observadoras e/ou como instâncias de controle para o uso de empréstimos internacionais. Essa inserção subalternizada, apartada das formas classistas e da problematização da dinâmica propriamente capitalista no Brasil, seria apresentada como o modelo fundamental para a participação popular e para o “controle” popular a ser exercido sobre as políticas públicas voltadas para a questão social, em especial na saúde.

Integravam o Estado, pela gestão direta de recursos públicos – o que permanentemente demandaram e conseguiram – e pela legitimação que ofereciam, por seu passado militante, ao deslocamento das ações de cunho social do âmbito de políticas universais para o de sua gerência privada, pela participação em instâncias oficiais. Distantes do chão social no qual se moviam as classes sociais, reduziam o horizonte de sua própria intervenção, adaptadas aos “novos” tempos e, sobretudo, adaptadoras. Aparelhos privados de hegemonia não se definem, em Gramsci, unicamente pela vontade de transformação (ou de conservação), mas pelos laços orgânicos que os ligam às classes sociais fundamentais. Desconectadas das classes trabalhadoras, e orgulhosas dessa desconexão, as principais ONGs que insistiam em considerar-se do campo popular reforçavam uma fala confusa e confusionista, na qual os termos utilizados perdiam toda a nitidez e clareza (Arantes, 2000).

Consolidavam a constituição de um espaço de reconhecimento social e de carreiras profissionais, com visibilidade social e política; confortavam consciências com uma atividade filantrópica e crescentemente segmentada; ao arvorar-se em “competências flexíveis” para agir em lugar do Estado, terminavam por acatá-lo como lugar necessário, mas ineficiente. Encontravam-se no âmago das concepções liberais, ainda que *à contrecoeur*. Nem sequer no discurso restava espaço para a superação do Estado, mas unicamente para sua existência como um “mal necessário”, a ser minorado pela atuação eficiente – ainda que pontual – dessas novas entidades.

Uma vez realizado o papel de protagonizar a transição de uma pauta contra-hegemônica para uma nova pauta adaptativa, a Abong perderia relevância. A partir do século XXI o termo ONG se alastrava no cotidiano brasileiro, designando todo e qualquer formato associativo, inclusive agências intermediadoras de mão-de-obra.

Veremos agora um pouco mais de perto o peso das ONGs afiliadas à Abong na virada para o século XXI.

A ABONG E A SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA EM 2002

O terreno da “associatividade civil” supostamente ocupado pelas ONGs, tendo como porta-voz a Abong, se modificara completamente, em boa medida como resultado da própria atuação das entidades a ela filiadas. Em pesquisa do IBGE de 2003, realizada em parceria com o Ipea, com a própria Abong e, sintomaticamente, com o Grupo de Instituições e Fundações Empresariais (Gife), criado em 1995 para nuclear empresas e consolidar uma atuação empresarial “responsável”, constatou-se um explosivo crescimento das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil), crescimento em boa parte constituído por associações empresariais.

A definição das Fasfil, para efeito deste estudo, partiu da caracterização jurídica “sem fins lucrativos”, mas do total de instituições deste tipo levou em consideração apenas as que fossem ‘privadas, legalmente constituídas, auto-administradas e voluntárias’ (isto é, cuja fundação e/ou associação é decidida pelos sócios). Tais critérios implicaram a exclusão de diversas entidades da sociedade civil e aparelhos privados de hegemonia, como as que integravam as rubricas de serviço social autônomo, entidades de mediação e arbitragem, partidos políticos, entidades sindicais e fundação ou associação domiciliada no exterior, entre outras (Brasil, 2003).

Entre 1996 e 2002, o número de Fasfil cresceu de 105 mil para 276 mil entidades. Essa ampliação, de 169 mil novas organizações, correspondeu a um crescimento de

157% no período. Qual seria a parcela ocupada pela Abong, que prosseguia indiscriminadamente falando em nome das ONGs, nesse universo associativo apresentado pelo IBGE? Em 2002, como fez periodicamente, a Abong elaborou e publicou catálogo, sugestivamente intitulado *ONGs no Brasil*, no qual traçava o perfil de suas associadas, quantificadas em 248 entidades (Abong, 2002)⁶ e cujas principais áreas temáticas de atuação eram educação (52,04%); organização e participação popular (38,27%); justiça e promoção de direitos (36,73%); fortalecimento de ONGs e movimentos populares (26,02%); relação de gênero e discriminação sexual (25%); saúde (24,49%); meio ambiente (18,88%); trabalho e renda (18,27%); questões urbanas (10,71%); DST/Aids (10,71%); e arte e cultura (9,69%). Com base em formulários encaminhados às suas filiadas, a pesquisa da Abong admitia respostas múltiplas, razão pela qual não há totalização. Embora a entidade tenha participado da elaboração e também do levantamento realizado pelo IBGE, as duas pesquisas não se prestam facilmente à comparação. O presente trabalho, portanto, apresenta uma comparação apenas indicativa.

A pesquisa do IBGE identificava um total de 275.895 Fasfil. Destas, grande parte tinha caráter distinto das associadas à Abong, como as entidades voltadas para a habitação (em número de 322), para a Saúde (congregando também hospitais filantrópicos, com 3.798 entidades), educação e pesquisa (17.493 Fasfil, incorporando fundações de ensino superior, laicas ou religiosas), as entidades religiosas (com 70.446 entidades), assistência social (32.249 Fasfil) e associações patronais e profissionais (com 44.581 entidades).

Procurando as entidades com perfil mais próximo às ONGs pertencentes à Abong circunscrevi (com forte grau de arbitrariedade) temas como ‘Meio ambiente e proteção animal’ (1.591 entidades), ‘Desenvolvimento e defesa de direitos’ (45.161) e ‘Outras não especificadas’ (22.715), que somam 69.467 entidades, representando a Abong portanto algo como 0,35% dessas Fasfil.

Procurando reduzir o grau de arbitrariedade, desmembrei o item ‘Desenvolvimento e defesa de direitos’, o qual inclui ‘Associações de moradores’ (14.568 Fasfil), ‘Centros e associações comunitárias’ (23.149 entidades), que diferem das atividades das filiadas à Abong. Assim, mais próximos de seu campo de atuação, encontraríamos itens como ‘Desenvolvimento rural’ (1.031 entidades), ‘Emprego e

⁶ O catálogo recebeu o apoio das seguintes instituições internacionais: The Ford Foundation; Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (Icco); W. K. Kellogg Foundation; Evangelische Zentralstelle Für Entwicklungshilfe E.V.-EZE e Oxfam.

treinamento' (388 entidades), 'Defesa de direitos de grupos e minorias' (4.662 entidades) e 'Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos' (1.363), perfazendo um total de 7.444 Fasfil atuando em área similar à Abong. Desse total, a Abong representa 3,34% das entidades.

A pesquisa sobre Fasfil não averiguou orçamentos, recursos utilizados nem as fontes de financiamento. Já a Abong apresenta uma tabela, elaborada com base em 163 respostas fornecidas por suas afiliadas que especificaram valor de orçamento e percentual originado, por tipo de fonte de financiamento, em 2000 (Tabela 1).

Observa-se expressiva redução do montante assegurado pelas agências internacionais de cooperação: de 75,9% no orçamento total de 1993, essa rubrica caiu para 50,61%. Mesmo assim, continuavam assegurando a metade dos recursos com que contavam tais ONGs o que, decerto, lhes permitia certa desenvoltura no plano interno, mantendo o perfil cosmopolita. Não obstante, as agências de cooperação internacional passaram a consolidar (e a exigir) formatos de prestação de contas voltados para a "eficiência" na aplicação de recursos, estreitando o controle sobre as entidades financiadas na definição de suas atividades. Sujeitas a vigilância cada vez

Tabela 1 – Abong: fontes de financiamento e sua proporção no orçamento total

Fontes	nº de ONGs	Valor do orçamento R\$	% sobre orçamento total 2000	% sobre orçamento total 1993
Agências internacionais de cooperação	116	70.182.947,73	50,61	75,9
Órgãos governamentais federais	63	10.404.145,74	7,50	–
Órgãos governamentais estaduais	38	8.227.083,58	5,93	3,2
Órgãos governamentais municipais	28	6.978.721,08	5,03	–
Empresas, fundações e instituições empresariais	43	5.806.643,74	4,19	1,8
Outras fontes de financiamento	52	5.528.660,75	3,99	5,0
Comercialização de produtos e serviços	71	5.313.436,52	3,83	6,9
Agências multilaterais e bilaterais	17	3.324.057,56	2,40	7,0
Contribuições associativas	38	2.458.266,56	1,77	–
Valor não especificado por fonte		20.435.898,43	14,74	–
TOTAL		138.659.861,16	100,00	100,00

mais centralizada, eventuais brechas para atividades que diferiam do padrão dominante se viam severamente reduzidas ou eliminadas, estrangulando algumas entidades cuja atividade abrigava alguma resistência (Coutinho, 2004).

Simultaneamente, os recursos provindos de órgãos governamentais (federais, estaduais e municipais) cresceram de 3,2% em 1993 para 18,46% do total de recursos em 2001, traduzindo a substituição de políticas públicas pela atuação de aparelhos privados de hegemonia.

Quanto ao montante total de recursos, houve entre 1999 e 2001, um aumento em torno de 26% (de R\$ 116,6 milhões para R\$ 158,8 milhões), mantendo-se os gastos com pessoal (técnico, administrativo ou em atividades programáticas) numa proporção próxima a 40% do total do orçamento nas filiadas à Abong.

Houve enorme crescimento das Fasfil entre 1996 e 2002, porém não homogêneo, incidindo tanto no terreno no qual atuava a própria Abong, quanto exponencialmente no setor empresarial.

No grupo de meio ambiente bem como no de desenvolvimento e defesa dos direitos, as entidades mais do que quadruplicaram nesses seis anos. *As associações patronais e profissionais aumentaram em três vezes e meia, passando de 13 mil entidades, em 1996, para 45 mil, em 2002.* Neste particular, destaquem-se as *associações de produtores rurais* que, em apenas seis anos, aumentaram seu número em cinco vezes e meia: eram 4 mil, em 1996, e passaram para 25 mil, em 2002. (Brasil, 2003: 43, grifos meus)

O número de entidades da Abong também cresceu no período de 1996 a 2002, passando de 225 afiliadas a 248, expressando 10% de incremento, muito inferior ao percentual apontado para as Fasfil. Se ampliarmos o período para 1994 (164 afiliadas) a 2001 (248 afiliadas), o crescimento foi de 37%, mas ainda assim não comparável à escala de crescimento das Fasfil congêneres, no interior das quais a Abong é ínfima parcela.

Levando-se em consideração a expansão do número de entidades no país, os dados sugerem uma intensificação da concorrência entre elas pelos fundos públicos. A Abong, diante disso, reafirmava mais uma vez sua “posição clara de exigir o acesso aos fundos públicos por parte das organizações da sociedade civil” (Abong, 2002: 17).

Quanto ao número de pessoas empregadas também há disparidades entre a coleta de dados da Abong, que discrimina todo o pessoal ocupado (CLT, autônomos, temporários, estagiários, terceirizados e outros), enquanto a pesquisa do IBGE discrimina apenas o “pessoal assalariado”, sem maiores precisões. Comparar

esses dados pode produziu superestimação da participação da Abong no conjunto da força de trabalho ocupada. Mesmo assim, no âmbito das entidades selecionadas por similaridade com a Abong, esta representa 2,85% do pessoal empregado. Excluindo-se o item “outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos”, a participação desta sobe para 13,49%. No total geral do pessoal empregado diretamente pelas Fasfil, a Abong representa 0,03%, conforme os dados a seguir permitem inferir (Tabela 2).

O empresariamento se expandia na sociedade civil, amparado pela infeliz expressão “privado porém público” e subsumia a própria Abong. Não significou uma redução do Estado, mas uma ‘retirada de poder das classes subalternas’ do interior do Estado. A ampliação do Estado no Brasil permaneceria seletiva, agregando uma miríade de organizações dispersas, porém sob coordenação empresarial (de origem nacional ou não) ‘e’ governamental. Esse é um dos elementos mais cruciais a destacar nos dados da Tabela 2.

O conceito de público é um dos mais híbridos e escorregadios. Construído em oposição – e em complemento – a privado, tende a reafirmar a separação entre sociedade e Estado, típica do pensamento liberal, tanto em sua versão satanizadora (Leviatã) do Estado, quanto em sua feição angelical (o Estado como o sujeito racional do bem comum), como o único espaço de todos, coletivo, ao passo que as demais instâncias estariam marcadas pela propriedade individual. O enorme salto na concentração da propriedade, na virada para o século XXI, seria estendido a

Tabela 2 – Pessoal empregado para Fasfil selecionadas e Abong

Discriminação	Número de trabalhadores
Fasfil – Meio ambiente e proteção animal	3.006
Fasfil – Desenvolvimento rural	1.510
Fasfil – Emprego e treinamento	2.330
Fasfil – Defesa de direitos	14.911
Fasfil – Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	15.313
Outras Fasfil não especificadas anteriormente	138.153
Total Fasfil selecionadas	175.223
Total Fasfil (todas as categorias temáticas)	1.541.290
Total Abong (incluindo todas as categorias de trabalhadores)	5.004

inúmeros terrenos, permanentemente reexpropriados – o do conhecimento, o da própria vida, tanto em sentido biológico (patentes genéticas) quanto sociológico (apregoando uma vida “privada” isolada da sociabilidade, resultando na banalização de algo como “propriedade de si”).

Sendo o Estado o momento mais “universal” da dominação de classes sob o capitalismo, as formas de organização anticapitalistas precisam alçar-se a um universal ainda mais efetivo, que incorpora o momento estatal, mas aponta para um horizonte radicalmente distinto (socialização/internacionalização e não apenas contraposição entre público e privado de maneira cosmopolita). Precisam enfrentar tanto as questões imediatas, tal como elas são aparentemente resolvidas no âmbito do Estado – as demandas mais imperiosas dos trabalhadores e subalternos, reformas convertidas em políticas públicas – quanto atacar os limites de sua administração neste âmbito.

A Abong contribuiu para reduzir a noção de público à de atuação sob urgência. Num primeiro momento, sob enorme pressão de movimentos populares e com a presença de um partido que aglutinava os trabalhadores e prometia converter essas demandas numa política comum, pública e universal, difundiu sua idealização, com a noção de público substituindo a socialização e o questionamento das formas concentradas de propriedade. Em seguida, apoiou a descaracterização de qualquer elemento universal, satanizando o momento estatal de conquista da luta popular. Finalmente, implantou-se num fictício e etéreo “espaço público” idílico, em que pese sua subalternização à dinâmica do capital.

A luta legítima pelo público é insuficiente sem o cunho socializante (igualitário) e sem a problematização das novas formas de propriedade e de formação dos trabalhadores que se desenvolvia no âmbito de um Estado crescentemente ampliado. Viu-se, portanto, contida *no* Estado e *por* ele, sob o predomínio do capital financeirizado.

A noção de público seria reduzida, com o apoio da Abong, a sinônimo de fonte pragmática de recursos a serem empregados conforme regras do mercado de captação de dinheiro, a um “público” (composto de consumidores de ações paliativas ou de novas ONGs). Para além da dimensão apassivadora, resultou em: a) novas dinâmicas no âmbito econômico e cultural que, apoiando-se na própria luta popular, utilizando seus próprios termos, os encapsula como forma de subordinação dos trabalhadores (empresariamento social); e b) na redefinição da força de trabalho.

A Abong e “suas” ONGs viram minguar seu papel, depois de obscurecer o que estava em jogo na sociedade civil e na vida social brasileira. Insistiam sobre a

importância de considerar a sociedade em toda a sua “complexidade” – mas deixavam de lado o elo central que permitia compreendê-la, sem o qual o termo é entendido apenas como infinidade de interesses aparentemente desagregados, mas unitariamente dependentes do mercado e, no caso da sociedade civil, do apoio empresarial.

EMPREENDEDORISMO E EXPROPRIAÇÕES:

CIDADÃO POBRE E VOLUNTÁRIO OFERECE TRABALHO

A unificação realizada pela dinâmica capitalista atua em diferentes níveis, a começar pelo da existência imediata e concreta, para uma população expropriada de maneira brutal e colocada mais ou menos violentamente em situação de disponibilidade para o mercado (desempregada ou com contratos precários). Expropriada também de direitos, depara-se com o mercado como ‘única instância comum a todos’, dramaticamente homogeneizadora das necessidades sociais. Em paralelo, de maneira mais elaborada, essa unificação ocorre por meio da atuação do Estado, tanto pelas agências voltadas para a formulação das políticas cruciais para as frações concentradas e financeirizadas dominantes – como a blindagem dos ministérios econômicos, retirados do âmbito de qualquer escolha ou manifestação popular –, quanto valendo-se de sua diretividade para o conjunto de políticas sociais “em parceria” com setores privados de qualquer procedência. Porém isso não esgota de forma alguma os processos unificadores, expandidos pelas entidades empresariais (nacionais ou internacionais) e de suas conexões internas e com o próprio Estado, estabelecendo orientações comuns, restringindo e administrando eventuais dissensões internas. Numa palavra, difundindo sua diretividade social. Para essa unificação, é mais do que conveniente a fragmentação dos diferentes setores laborais, o fracionamento dos tipos de contrato, a expropriação de novas áreas (empresas públicas, direitos ou recursos naturais): ela é necessária.

Tanto o elo central – as relações sociais de exploração (isto é, a conversão de dinheiro em capital) – que nucleia as formas de dominação quanto as inúmeras mediações que ocorrem entre os processos “econômicos” e as vontades políticas, realizadas pela sociedade civil, dos aparelhos privados de hegemonia e das lutas contra-hegemônicas – desapareciam na novilíngua das ONGs, muito além do universo expresso pela Abong, submersas na unificação a que aderiram, a da reformatação da classe trabalhadora levada a efeito no Brasil.

A sociedade civil é arena de luta de classes e, portanto, do embate entre aparelhos privados de hegemonia e de contra-hegemonia no sentido do convencimento, da formação, da educação de quadros, de sua organização segundo horizontes e projetos de classe contrapostos. O papel cumprido pela indistinção que a Abong ajudou a imprimir entre as formas associativas – ONGs ou Fasfil – contribuiu discursivamente para apagar a existência de lutas contra-hegemônicas na sociedade civil, para a destruição de direitos universais recém-conquistados na Carta Constitucional de 1989; erigiu-se em modelo de utilização de força de trabalho com escassos direitos, mas mobilizada sob a forma da militância (aprofundando sua conversão mercantil); reiterou o apagamento retórico da classe trabalhadora no Brasil e, finalmente, chegaria ao século XXI subsumida às entidades e associações similares, mas dirigidas diretamente pelos setores empresariais.

A hegemonização do grande capital financeirizado, de cunho original puramente negativo, se explicita hoje num programa de formação de trabalhadores, ao lado da adequação social e cívica de sua consciência com base em: um novo formato de assalariamento; uma dimensão discursiva do final do trabalho sob o empreendedorismo; a expansão de financiamentos atuando como forma genérica de extração de sobretrabalho e, finalmente, na disseminação de novos aparelhos privados de hegemonia empresariais.

Se a sociedade civil é espaço de luta de classes, uma atuação empresarial desse porte aponta para duas direções. A primeira, ao incidir sobre uma infinidade de setores, atua ‘preventivamente’ na administração de conflitos, significando que as tensões permanecem e as lutas teimam em vir à tona. Há, portanto, resistências (inclusive na Abong, ainda que eivada de contradições) e pólos potenciais de luta contra-hegemônica. Não me ocuparei aqui dessas resistências, nem dos movimentos sociais que se recusaram “onguizar-se”, tendo permanecido em outro espaço de luta. A expansão de Fasfil ou ONGs – termos excessivamente vagos, sobre os quais é preciso aprofundar a investigação – demonstra o crescimento de lutas sociais. A segunda direção é o molde social para relações de trabalho, configurando um disciplinado exército de mão-de-obra totalmente desprovido de direitos e da própria identidade operária.

Alguns exemplos permitem supor a dimensão do fenômeno. Em texto elaborado pelo Banco Mundial:

Líderes do Fórum de ONGs de Rondônia criaram a Cooperativa de Trabalho Múltiplo de Rondônia (Cootraron) em 1997. Em 1998, ela era formada por 58 pessoas, desde técnicos ao pessoal de limpeza, que prestavam serviços a *nove órgãos públicos*

em áreas como assistência jurídica, recursos florestais, planejamento estratégico, agronomia e limpeza de escritórios. Vários de seus membros prestaram serviços para o projeto de manejo de recursos naturais financiado pelo Banco, o Planaflo, e para o projeto Lumiar, do Incra. A cooperativa conseguiu gerar US\$ 22.000 por mês em salários, sendo que *os contratos custavam de 15 a 20% menos do que os contratos padrão anteriores regidos pelas leis trabalhistas (CLT)*. (Garrison, 2000: 96, grifos meus)

Não se trata apenas de substituição ou de ampliação do Estado, mas da produção de trabalhadores desprovidos de qualquer garantia, que devem, eles próprios, ‘gerirem’ sua força de trabalho de forma a oferecê-la a custos sempre mais baixos. Essa gestão – da mercadoria força de trabalho – deve reger-se por padrões empresariais, isto é, por padrões ‘inflexíveis’ de concorrência, diante dos quais deve comportar-se de forma ‘flexível’, ajustando-se, adaptando-se às exigências do mercado.

Outro exemplo sobre essa massiva formação de força de trabalho de novo tipo, é dado pelo crescimento do voluntariado, que atingiria em 2000 a cifra de 19,7 milhões de pessoas (Brasil, 2003: 26), configurando um exército de trabalhadores disponível para diversas formas de atuação, em parte pela extensão da jornada de trabalho daqueles que dispõem de contrato, em parte atingindo uma parcela de trabalhadores desempregados buscando encontrar seja um contrato, seja uma forma de remuneração, mesmo se eventual. Assim se expressou recentemente Wanda Engel, ex-dirigente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), superintendente do Instituto Unibanco e primeira presidente de uma nova entidade, o Conselho Brasileiro de Voluntariado Empresarial, com a participação de mais de 30 empresas, entre elas Coca-Cola, Carrefour, Light, Unibanco, Itaú, Bradesco, Petróbras, Shell, Souza Cruz e Vale:

historicamente, o voluntariado era uma ação individual. Na seqüência, as empresas passaram a fomentar as iniciativas. O *Riovoluntário* começou a convidar empresas para formar uma rede. Essa rede vai virar o Conselho. Será uma forma de agregar mais pessoas e ter essa massa de recursos humanos mais integrada. *Teremos um exército*. Só o Unibanco tem 30 mil potenciais voluntários. (Engel, 2008: 23)

Multiplicam-se as especializações universitárias de gestores de programas privados de cunho “social”, cuja função é disseminar padrões de gestão altamente competitivos para educar e conter massas populares capazes de realizar as atividades necessárias ao novo padrão de uso da força de trabalho, supostamente sob a forma da auto-exploração traduzida pelo empreendedorismo. Este novo padrão associa trabalhadores com formatos distintos, desde aqueles com contrato formal até os extremos menos formalizados. Converte os trabalhadores em adiantadores

voluntários de sua capacidade de trabalho (ou de sua urgência em vender sua força de trabalho sob qualquer forma). Muitos daqueles totalmente desprovidos de direitos precisam fornecer previamente os “projetos” de sua eventual inserção no mercado de trabalho. As pesquisas de mercado realizadas pelas empresas são multiplicadas pela disseminação de milhares de “projetistas”, ou em outros termos, de trabalhadores em busca de remuneração mercantil pesquisando “nichos” de atividades, muitas vezes gratuitamente e que, eventualmente, serão contemplados com recursos para testar tal atividade; em alguns casos, contratados por alguma empresa; ou, ainda, mais uma vez expropriados, se a atividade for diretamente assumida pelo empresariado. Algumas modalidades dessa nova gestão foram denunciadas em jornais, no Rio de Janeiro, sobre as contratações superfaturadas de mão-de-obra terceirizada e sem direitos, com intermediação de ONGs, principalmente para a área da saúde, mas também sob a forma de cooperativas desprovidas de direitos (“coopegatos”).

Esse formato de expropriação massiva, gerenciada segundo o molde financeirizado é plenamente cosmopolita. Vejamos dois longos, mas esclarecedores, exemplos da formação internacional de gestores para novo tipo de mão-de-obra, em matérias publicadas na grande imprensa. A primeira, do jornal *O Globo*, intitula-se “Brasil exporta executivos para ONGs globais”:

Está cada vez mais frágil o muro que separa as ONGs das empresas brasileiras. Depois de muitas batalhas e enfrentamentos – nem sempre pacíficos, a ponte da amizade foi construída. Não bastasse o trânsito estar livre nos dois sentidos, os executivos do terceiro setor e das empresas privadas compartilhar da mesma linguagem e ainda trocam experiências. É que o Brasil virou um celeiro de profissionais que saem de grandes corporações para enfrentar o desafio de ocupar cargos de executivos em ONGs globais. O médico Frank Guggenheim trocou a Roche do Brasil, onde era diretor da Divisão Farmacêutica pela direção-executiva do Greenpeace. Aos 47 anos, o paulista Roberto Waak deixou a presidência da Orsa Florestal para assumir uma das câmaras técnicas do Conselho de Manejo Florestal (FSC, sigla em inglês) (...) Waak continua defendendo os interesses do capital no FSC. Era da presidência da Orsa e mudou de lado depois de lutar junto com a entidade para certificar 545 mil hectares de terra no Pará. O grupo Orsa fatura em média R\$ 1,4 bilhão ao ano com a venda de 410 mil toneladas de celulose. A FSC é uma típica ONG global. Atua em 47 países e trabalha com 22 empresas certificadoras. (...) Já Nelmara Arbex abriu mão do seu cargo de gerente da Natura para assumir a direção da Global Reporting Initiative (GRI) que tem a função de transformar os balanços socioambientais em algo tão freqüente no mundo dos negócios como os relatórios financeiros. (...) Trocou SP por Amsterdã. Há forte assédio das empresas sobre executivos de ONGs. (...) Garo Batmanian trocou o cargo de executivo-geral da WWF (Worldwide Fund for Nature) pelo de diretor do

Programa Piloto para Proteção das Florestas do Banco Mundial (Bird), onde administra carteira de US\$100 milhões. Está convencido de que a convergência entre ONG e empresas é a ponte que faltava para enfrentar de maneira eficiente o desafio de manter as florestas em pé. (Melo, 2007: 49)

A segunda matéria, publicada no jornal *O Estado de S.Paulo*, demonstra como esse tipo de atividade vem se consolidando internacionalmente como modalidade de investimento do mercado financeiro, com altíssima rentabilidade e utilizando-se de mão-de-obra totalmente disponibilizada para o mercado (expropriada), no caso específico, composta de ex-prisioneiros:

Assim como os fundos de *venture capital*, que investem em empresas jovens com potencial de gerar grandes resultados, os fundos filantrópicos como o *Impetus* [principal ONG britânica de *venture philanthropy*, dirigida por uma economista brasileira, Daniela Barone Soares] estão em busca de entidades capazes de gerar impacto social. Para os fundos filantrópicos, a doação é tratada como investimento de longo prazo. E a exemplo de seus similares capitalistas, isso significa avaliar balanços e investigar mercado para descobrir onde estão as oportunidades para gerar maior impacto social. Foi o que foi feito com a St Giles Trust, ONG britânica que trabalha com ex-prisioneiros. (...) ‘A concorrência nessa área de sem-teto é enorme. E todas disputam uma verba pública que vem diminuindo a cada ano’, conta Daniela. Mas a St Giles tinha um trabalho único que a diferenciava das demais, com ex-prisioneiros, que consumia apenas 20% de seus esforços. (...) De 2004 para cá, a entidade registrou um crescimento anual de 109% no número de ex-prisioneiros atendidos, de 200 para 1.700. A taxa de reincidência de crimes entre os ex-prisioneiros, que é de 55% em toda a Inglaterra, caiu 20% nas 20 prisões em que a St Giles atua. Além disso, as receitas da entidade vêm registrando aumento de 37% ao ano, de £1,34 milhão em 2003/4 para £3,2 milhões em 2006/7. (...) O chamado “mercado de capital social” com os fundos filantrópicos começou nos EUA há uns anos e está começando agora na Europa. No Brasil, ainda é uma miragem. (...) Os recursos do *Impetus* saem de instituições financeiras, principalmente da área de *private equity* e *venture capital*. No mês passado, Daniela e sua equipe – formada só por mulheres – comemoraram um investimento milionário do fundo ISIS Equity Partners pelos próximos cinco anos. (Barbosa, 2008: 30)

A recente expansão da sociedade civil no Brasil se imbrica com um empresariamento de novo tipo, lastreado em forte concentração financeirizada que simultaneamente precisa contar com a adesão das massas populares nacionais (apassiváveis), tendo em vista a sua expansão (inclusive internacional), e fomentar a extração de sobretrabalho, renovando modalidades tradicionais de exploração. Forja-se uma cultura cívica (ainda que cínica), democrática (que incita à participação e à

representação) para educar o consenso e disciplinar massas de trabalhadores, em boa parte desprovidos de direitos associados ao trabalho, por categorias como “empoderamento”, “responsabilidade social”, “empresa cidadã”, “sustentabilidade”. A ‘onguização’ da associatividade popular prossegue, convertendo-a em espaço privado e competitivo – com hierarquias internas fortes e, portanto, com diferenciações burocráticas e sociais que reproduzem a gestão empresarial. Subalternizam-se as mais incipientes formas de organização popular, direcionadas para “gerenciamento de força de trabalho”, processo potencializado pela formatação atual do Estado.

As contra-reformas do Estado penalizaram desigualmente os trabalhadores, por se apoiarem nas massas expropriadas que elas próprias produziam. O processo prosseguiu, se aprofundou e refinou sob o governo Lula, o mais capacitado socialmente a exercer o papel originalmente cumprido pela Força Sindical: contribuir ativamente para a destruição interna das lutas socializantes, ao mesmo tempo que assegurar a expansão da financeirização do capital no Brasil, sob o formato democrático da violência couraçada de convencimento. O prévio aval de seu governo à segurança da propriedade monetária e sua ação enérgica em prol do “alívio à pobreza” sob forma privatizada e antiuniversal, revela seu papel de fomentador oficial de vasto celeiro de mão-de-obra sem direitos. O Programa Fome Zero (que retomou o mote da Campanha de Betinho) generalizou a experiência, antes limitada a uma vitrine social, do Programa Comunidade Solidária, de Ruth e Fernando Henrique Cardoso. Não elimina o viés filantrópico e a cidadania da miséria, mas expressa uma diretriz diretamente empreendedora.

Assim, garantiu a disseminação de ‘política de conta-gotas’ – pequenas parcelas de recursos destinadas às famílias mais carentes – ao mesmo tempo que promove a expropriação ainda mais sistemática dos direitos de cunho universal, em todas as áreas sociais (saúde, educação, trabalho etc.). Assegura o apassivamento do conjunto dos trabalhadores sob as novas condições da extração de sobretrabalho. Espelha as novas modalidades de exploração capitalista e não apenas um retorno a formas precedentes (renovando, portanto, a tradição brasileira de integração entre o arcaico e o moderno, com intensa exploração das desigualdades, de maneira combinada).

Trata-se de uma forma peculiar de hegemonia, correspondendo ao predomínio do capital financeiro (que permite e estimula a constituição de novos setores burgueses, como o de serviços). Conserva e amplifica contradições: multiplica atividades de convencimento, aumentando ao mesmo tempo as formas de repressão e

de violência. Ao expressar-se de maneira econômica – como gestão empresarial do trabalho sob forma diretamente social – precisa diluir os âmbitos nos quais a expropriação do sobretrabalho era mitigada, por meio de políticas públicas que acenavam com alguma universalização. Mantém um viés filantrópico (a doação, a participação, o voluntariado), difunde uma rígida autodisciplina de trabalho (empresarial) e afirma em todos os níveis a importância da propriedade. A tensão entre a palavra e o gesto se agudiza.

Generaliza – e exige – uma forma de ser competitiva e inflexivelmente empreendedora, sob condições de urgência, que se opõe imediatamente às expressões que a justificam: filantropia, cidadania, solidariedade e responsabilidade. Expande a subordinação direta dos trabalhadores com base na introjeção da competição mercantil no âmbito do cotidiano, da subjetividade e dos espaços coletivos, em imediata contraposição à própria constituição de sujeitos históricos, capazes de transformar suas condições de vida social. Acirra a competição entre as próprias entidades que, supostamente, deveriam assegurar sua pacificação. Em outros termos, a hegemonia que se elabora repousa na generalização do trabalho abstrato e, assim, se expressa também de forma abstrata, não devendo mais corresponder a um lugar social efetivo (a classe trabalhadora), mas tendo vigência apenas no momento preciso da atividade. É uma hegemonia do capital que se apresenta como tal, se justifica como tal. A “segurança”, ou a defesa da propriedade é garantida pela palavra doce e pelo gesto brutal. A repressão – agora também preventiva – bloqueia e criminaliza a emergência da contestação.

Essa característica levou Francisco de Oliveira (2007) a argumentar pela não-existência de hegemonia no Brasil sob o governo Lula, diversamente da hipótese aqui apresentada. Não obstante, aponta para uma questão seriíssima: os limites dessa hegemonia. Oliveira considera haver hegemonia quando há melhor qualidade de vida para os trabalhadores, com uma expectativa de ascensão social similar à que foi provida pelo *Welfare State*. O conceito de hegemonia remeteria não ao convencimento encouraçado de coerção, mas a uma real elevação do nível social e moral de extensas faixas sociais. A dificuldade de tal raciocínio reside no fato de supor a hegemonia uma expressão qualitativamente superior (moral, intelectual, integrativa e humanamente mais elevada) da dominação.

Ora, a reflexão gramsciana sobre a hegemonia supõe um solo econômico, com maior capacidade de extração de sobretrabalho (desenvolvimento das forças produtivas), à qual se agrega uma forma mais consistente de incorporação social, sob a direção da fração dominante do capital que se consolida num bloco histórico,

impelindo à formação de um “novo homem”, ou de um “homem adequado” às novas exigências de reprodução do capital e convicto de seu próprio papel; a par de certa modalidade de coerção, externa e introjetada. Na atualidade, o papel da sociedade civil – em especial dos aparelhos ‘privados’ de hegemonia empresariais – atuam como instância forjadora de cultura e de formação de trabalhadores. Convertem aceleradamente a expropriação em forma de extração de sobretrabalho, seja por meio de formas maquiadas de doação social (voluntariado, solidariedade), seja de maneira direta, pelo empreendedorismo com que as conduz. Mas não dispensa o crescimento da coerção, em paralelo à multiplicação do convencimento, exatamente pelo acirramento da competição que promove e generaliza.

Oliveira constata, de forma coerente, que “em lugar de uma hegemonia burguesa que se alimentasse das ‘virtudes’ cívicas do mercado, requer-se permanentemente coerção estatal, sem o que todo o edifício desaba” (Oliveira, 2007: 35).

A hegemonia não é, para Gramsci, um simples patamar de melhoria social com base no qual, numa vida mais plenamente socializada e acalmadas as urgências (carências) mais severas, a luta se daria em melhores condições (de trabalho, condições políticas democráticas, maior participação etc.). Ela é, sobretudo, uma forma ainda mais refinada de subalternização – apresentada como se fosse necessária, legítima e natural. Combatê-la supõe luta ainda mais árdua, pois se defronta com uma multiplicidade de agências ‘enquadradoras’ doces ou violentas, que diluem a evidência da contraposição direta entre empregador/empregado, entre capital e trabalho, entre dominador e dominante para, exatamente, assegurá-la.

Sob o predomínio de um capital em sua forma a mais abstrata – financeira, a de massas concentradas de capital à procura de valorização – os modos de convencimento devem atravessar todas as formas de trabalho e de atividade, ao passo que a violência brutal e preventiva se expande.

Uma efetiva contra-hegemonia depende de compreendermos as condições da classe trabalhadora (ou do conjunto dos subalternos), com todas as dificuldades que envolve na atualidade. Aparentemente, a questão agora pode abandonar seus disfarces e colocar-se de maneira aberta, uma vez que a hegemonia burguesa se exerce exatamente em nome do capital financeirizado.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ABONG). *As ONGs no Brasil*. São Paulo: Abong, 2002.

- ALMEIDA, G. R. *História de uma Década Quase Perdida: 1979-89*, 2000. Tese de Doutorado, Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- ANTUNES, R. & SILVA, M. A. M. (Orgs.) *O Avesso do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- ARANTES, P. Esquerda e direita no espelho das ONGs. *Cadernos Abong*, 27: 3-27, 2000.
- BARBOSA, M. Impetus Trust, principal ONG britânica de venture philanthropy, trata doação como investimento de longo prazo. *O Estado de S.Paulo*. São Paulo 1 jan. 2008, p. 30.
- BIANCHI, A. *Hegemonia em Construção: a trajetória do PNBE*. São Paulo: Xamã, 2001.
- BIANCHI, A. *O Ministério dos Industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*, 2004. Tese de Doutorado, Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- BOITO JR., A. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1998.
- BRASIL. *As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil: IBGE, Ipea, Gife, Abong*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.
- COELHO NETO, E. T. *Uma Esquerda para o Capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*, 2005. Tese de Doutorado, Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- COUTINHO, J. A. *ONGs e Políticas Neoliberais no Brasil*, 2004. Tese de Doutorado, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- ENGEL, W. Entrevista a Flavia Oliveira. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 de mar. 2008. Negócios & Cia, p. 23.
- FERNANDES, R. C. *Privado Porém Público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP). *Livre para Crescer*. São Paulo: Cultura, 1990.
- FONTES, V. *Reflexões Im-pertinentes*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.
- FONTES, V. Marx, expropriações e capital monetário: notas para o estudo do imperialismo tardio. *Crítica Marxista*, 26: 9-31, 2008.
- GARCIA, C. *PT: da ruptura com a lógica da diferença à sustentação da ordem*, 2008. Tese de Doutorado, Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- GARRISON, J. W. *Do Confronto à Colaboração: relações entre a sociedade civil, o governo e o Banco Mundial no Brasil*. Brasília: Banco Mundial, 2000.
- GENTIL, R. *A Editora Abril*, 2003. Dissertação de Mestrado, Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- GIANNOTTI, V. *A Força Sindical: a central neoliberal de Medeiros a Paulinho*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

- GOHN, M. G. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos* [1997]. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- GUIOT, A. P. *Um Moderno Príncipe para a Burguesia Brasileira: o PSDB (1988-2002)*, 2006. Dissertação de Mestrado, Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- HARVEY, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- LANDIM, L. *A Invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão impossível*, 1993. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- LIMA, J. C. F. & NEVES, L. M. W. *Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- MARTINS, A. *Burguesia e a Nova Sociabilidade: estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo*, 2007. Tese de Doutorado, Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- MELO, L. Brasil exporta executivos para ONGs globais. *O Globo*. Rio de Janeiro, 19 ago. 2007, p. 49.
- MENDONÇA, E. L. *A Pobreza no Brasil: medidas e sentidos*, 2000. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MENDONÇA, S. R. Estado e representação patronal rural no Brasil recente (1964-1993). Relatório de pesquisa, 2006. (Mimeo.)
- MONTAÑO, C. *Terceiro Setor e a Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.
- NEVES, L. M. W. (Org.) *A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias burguesas para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.
- OLIVEIRA, F. *Collor: a falsificação da ira*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- OLIVEIRA, F. *O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, C. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, F. & RIZEK, C. S. (Orgs.) *A Era da Indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- PEREIRA, J. M. M. *O Banco Mundial e o Agro: da modernização conservadora da agricultura à reforma agrária 'assistida pelo mercado'*, 2008. Projeto de qualificação para doutoramento em História, Universidade Federal Fluminense.
- PEREIRA, T. D. *O Não-Governamental em Questão: um estudo sobre o universo Abong*. Rio de Janeiro: Fase, 2003.
- RYFMAN, P. *Les ONG*. Paris: La Découverte, 2004.
- SAES, D. *República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SILVA, C. *Veja: o indispensável partido neoliberal: 1989-2002*, 2005. Tese de Doutorado, Niterói: Universidade Federal Fluminense.

SOUTO JR., J. F. *Práticas Assistenciais em Sindicatos Pernambucanos e Cariocas, 1978-1998*, 2005. Tese de Doutorado, Niterói: Universidade Federal Fluminense.

SOUZA, H. As ONGs na década de 1990. *Comunicações do Iser*, 41, ano 10, 1991.